Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Juiz de Fora-MG realizada em 28 de Junho de 2017 (quarta-feira) em primeira chamada às 18h30 segunda chamada às 18h45min, em terceira e última chamada às 19h00min na sede do Conselho al de Saúde, sito à Rua Batista de Oliveira, 239 sala 402 - Centro, Juiz Fora. Tendo como pauta os s assuntos: 1) Verificação do Quorum e Abertura da reunião. 2) Discussão e deliberação das atas d /05/2017. 3) Abertura da palavra ao público. 4) Discussão e deliberação das Matérias: 4.1) - Alter erminologia das Unidades de Atenção Primária em Saúde (UAPS) para UBS (Unidade Básica de Ofício 126/SSAPS/SS de 06/06/17. Propositor/Expositor: Thiago Horta - Subsecretaric ão Primária à Saúde/SS. 4.2) - Programação Anual de Saúde e Lei de Diretrizes Orçamentárias o de 2018. Propositor/Expositor: Elizabeth Jucá e Mello Jacometti - Secretária de Saúde. 5) Informes esa Diretora. 5.2) - Secretaria Executiva. 5.3) - Ouvidoria. 5.4) - Comissão de Recursos e outras. **ões CMS 28/06/17: 1) Aprovadas atas 03 e 10/05/17. 2) Aprovada alteração da terminologia das Unidades de Atenção Primária em Saúde (UAPS) para UBS (Unidade Básica em Saúde) Of. 125/SSAPS/SS de 06/06/17. "Com troca gradativa das placas das UBS", aprovado uma abstenção. Resolução 478/2017. 3) Dado ciência ao pleno do CMS, sobre adesão do Município de Juiz de Fora ao 3º ciclo do Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade na Atenção Básica - PMAQ - AB, homologadas 84 (oitenta e quatro) equipes pela portaria 1658 de 12/09/16 - GAB/MS. 4) Aprovada em 2ª discussão a PAS/18 restando acrescentar valores financeiros às metas e ações, finalizando após a discussão e deliberação da LOA/2018 com uma abstenção. 5) Aprovado Projeto Aedes do Bem a ser implantando no município pela Oxitec do Brasil Tecnologia de Insetos Ltda., com sede Av. Alexandre Grahan, 200 - BL.C - MOD-3 Techno Park Campinas - São Paulo. Resolução 479/2017, conforme inclusão na PAS/2017 com planejamento para conclusão do projeto em 2019, conforme PPA 2018/2021, com início previsto para o ano de 2017. 6) Aprovado o Plano Plurianual 2018/2021 com uma abstenção. Resolução 480/17. 7) Aprovada com uma abstenção, a Lei de Diretrizes Orçamentária para o ano de 2018. Havendo alterações na Câmara Municipal, a LDO/2018, retorna ao CMS para adequações. 1º Custeio União = R$ 317.164.396,80; 2º Custeio Estado = R$ 51.658.064,60; 3º Custeio FMS = R$ 3.500.000,00 (VIGISAU). Capital União = R$ 3.207.114,24, Capital Estado = R$ 22.392.529,29. Total recebidas: União = R$ 320.371.511,04; Total recebidas: Estado = R$ 74.050.593,89; Total recebidas: FMS = R$ 3.500.00,00. Total: R$ 397.922.104,93. Resolução 481/17. 8) Não houve informes Secretaria Executiva, ficando para 29/06/17. 9) Relato da Comissão de Normas com leitura do documento ofício 195/17 do CES/MG referente a não conformidade da paridade do CMS/JF e outros. 10) Prorrogada a reunião por mais dez minutos, conforme solicitação do Secretário Executivo do CMS acolhida pelo pleno. 11) Entregue aos conselheiros presentes à reunião, cópia ofício 175 26/06/17 - SSAPS/SS/PJF planilha Programa Requalifica SUS - viabilizado por emendas parlamentares. Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Boa noite a todos. Havendo quorum regimental nós vamos dar início à reunião, mas eu já quero aqui pedir desculpas a vocês é porque nós estávamos numa reunião alí e ela prorrogou mais um pouco, aí eu estou pedindo desculpas para vocês. Eu vou colocar em votação as atas do dia 03 e do dia 10/05, quem concordar favor levantar o crachá. Contrários, abstenções: aprovado por unânimidade. Segundo ponto, na verdade é a mudança, só para clarear um pouco nós temos hoje a nossa unidade de atenção primária que a gente fez uma mudança para UAPS e todo mundo sabe disso, e aí as pessoas confundem UAPS com UPA, e aí foi feita uma provocação já por duas vezes pelo Prefeito para que esse Conselho decidisse pelo nome que a população conhece que é UBS, isso também foi uma provocação na Conferência, então estamos trazendo aqui para o Conselho para ver o que vocês acham de estar mudando e tirar a nomenclatura UAPS e voltar para UBS. Então eu queria saber o seguinte, quem concorda que volte para UBS? Favor levantar o crachá. Contrários, 1 abstenção: aprovado. Então a partir de hoje não se escreve mais UAPS. **Com a palavra Elizabeth Jucá (Secretária de Saúde):** Vão ser trocadas paulatinamente, a partir da aprovação nós vamos fazer a Prefeitura uma portaria de alteração do nome e vai ser publicada, a partir da publicação que nós podemos alterar, só para dar um esclarecimento porque ela falou "A partir de hoje", mas é a partir da publicação, obrigada. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Mas nós já podemos fazer as nossas convocações dizendo que é UBS. Então agora a gente vai passar para Programação Anual. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Boa noite e sejam bem vindos os nossos visitantes, e desculpem o atraso como a Regina já colocou. Nós iniciamos no dia 19, 20, 21 e 22, me corrija se eu estiver errado, uma discussão sobre a Programação, sobre o PPA, sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, todos foram convidados, aqueles que puderam comparecer tiveram a sua contribuição e chegamos aí a um produto final com relação a esse trabalho Beth e é assim que a gente chama, eu gostaria de agradecer enquanto Secretário Executivo o quanto os seus funcionários porque tem gente que não gosta que fale colaborador porque são servidores públicos, foram comprometidos com o processo e todos sem exceção, tiveram dias que saímos daqui 22h00min, 22h15min, e com aquela paciência nos escutando das nossas críticas, então nenhum deles deixou a desejar, nenhum Subsecretário, nenhum chefe de sessão, nenhum gerente de

departamento, e aí fica aqui da minha parte enqua taria Executiva, eu só queria Regina porque infelizmente chega as coisas um pouco atrasadas aconteceu as 17h00min no Anfiteatro do Instituto de Ciências Humanas uma discussão sobre Higie e Corporalidade, mas chegou para nós meio que passado. E para concluir, nós pedimos Thiago na a emenda parlamentar e aí vocês receberam junto com essa documentação tem as emendas p res que tratam da atenção primária especificamente, também o Thiago nos comunica onselho a adesão do Município de Juiz de Fora ao 3º Ciclo do Programa Nacional de Melhoria e A ualidade de Atenção Básica PMAQ, Thiago a gente só não promete a ata a tempo de encaminh ela tem que ser confeccionada, mas Mesa eu vou ter que fazer o registro, acusar o recebimento do r o 176 da Subsecretaria de Atenção Primária em Saúde, Secretaria de Saúde, Prefeitura, de 26 de 2017, Thiago Horta Subsecretário de Atenção Primária Conselho Municipal de Saúde informaçã adesão do Município de Juiz de Fora ao PMAQ, "Prezado vimos informar sobre adesão do Município de Juiz de Fora ao 3º Ciclo do Programa Nacional de Melhoria de Acesso e da Qualidade na Atenção Básica PMAQ - AB, onde foram homologadas as 84 equipes da estratégia saúde da família que formalizaram a solicitação de adesão ao programa, enviamos anexo a portaria nº 1.658 de 12 de setembro de 2016 que homologa a contratualização e recontratualização dos municípios ao 3º Ciclo do Programa bem como extrato de adesão das equipes, atenciosamente Thiago Horta Subsecretário de Atenção Primária", e a portaria realmente é de 2016, está registrado que fique configurado em ata, era só isso Beth e leve aí os nossos agradecimentos. **Com a palavra Dr. Gilson Salomão (Sindicato dos Médicos):** Thiago as equipes estão perguntando sobre a questão do repasse do dinheiro. Tem alguma notícia para nós? **Com a palavra Thiago Horta (Subsecretário de Atenção Primária a Saúde):** A Beth já encaminhou para Secretária Andréia Goresck para decretação da lei, o decreto ele prevê dentro das suas cláusulas e assim deve ser o cronograma de pagamento, então está lá o pagamento outubro, nós estamos agora aguardando é o trâmite administrativo que após a SARH, Procuradoria Geral do Município e a assinatura do Prefeito, e a Beth está me cobrando isso já tem seis meses. **Com a palavra Elizabeth Jucá (Secretária de Saúde):** Boa noite a todos. Nós estamos aqui para conversar sobre o PPA, a LDO, a LOA e a Programação Anual de Saúde, que para nós é um trabalho hoje e vocês podem ver alguns quadros e acharem muito simples, mas é um trabalho que toda Secretaria vem sendo envolvida desde mais ou menos início de fevereiro e março, eu sou uma pessoa do planejamento e acredito no planejamento e quanto mais às coisas estão difíceis mais planejamento nós temos que ter, então foi um planejamento que envolveu todo mundo, todas as equipes, e muito discutido aqui também no Conselho, muito discutida também lá dentro da Secretaria envolvendo todo mundo para que a gente possa ter um planejamento factível de realizações, mas num momento também que a gente pensa a saúde como um todo, a gente não pensa só a Subsecretaria do Thiago, a Subsecretaria do Rodrigo, mas principalmente a saúde como um todo com todas essas interfaces, então na nossa apresentação isso pode dar certa modificada na apresentação dela, mas isso para nós é muito importante. E para encerrar para passar a palavra para Carmem eu gostaria de enfatizar uma coisa, indicadores é que nos mostram se a saúde está melhorando ou não, se a saúde nos nossos municípios está melhorando ou não, e a gente apresenta um rol de indicadores que serão nossas metas e eu gostaria que vocês fixassem nisso. Por quê? Eu vou dar um exemplo, eu já falei isso e eu vou repetir, não vou dar nem exemplo da saúde eu vou dar um exemplo da educação, construir sala da aula não significa que a qualidade do ensino melhore e o que nós queremos é melhora da qualidade de ensino, então o que a gente quer hoje é melhorar a qualidade da saúde em Juiz de Fora e isso se mede através de indicadores, então eu gostaria também que vocês descem atenção aos indicadores. Para encerrar eu gostaria que a gente cantasse parabéns para o Jorge porque hoje é aniversário dele, parabéns Jorge mais uma vez, então agora eu gostaria de passar a palavra para Luciana, por favor, eu gostaria que você começasse apresentar o PPA. **Com a palavra Luciana Afonso (Departamento de Planejamento e Informações da Saúde/SS):** Boa noite. Como o Jorge já avia dito, nós tivemos as discussões prévias de todas as ações que estão constando nesse relatório do PPA que a gente trouxe aqui, nós trouxemos o rol das ações com o rol das metas físicas e como a Secretária disse a gente está valorizando os indicadores que nós vamos utilizar para medir o cumprimento dessas metas, então esse é o relatório que consta no sistema já é a minuta que provavelmente irá para Câmara para aprovação. Antes de começar a leitura Mesa eu queria encaminhar na ação agentes comunitários de saúde Jorge, nós acordamos aqui na discussão prévia a meta igual a da PAS, eu queria fazer um encaminhamento na ação 4.002, nós temos uma meta de 480 agentes para 2018 que estava divergente da nossa PAS e nós em discussão lá na Secretaria com a concordância do Subsecretário e da Secretária nós decidimos fazer uma retificação na PAS por conta da questão da Lei de Responsabilidade Fiscal, houve realmente um descompasso aí entre a PAS 2018 nessa questão, então a gente está encaminhando aqui na hora que nós formos fazer a revisão da nossa PAS porque a nossa PAS esse ano ela foi feita de forma simplificada e ela vai sofrer uma revisão no final do ano assim que nós terminarmos de elaborar o nosso Plano Municipal de Saúde, então eu estou propondo esse encaminhamento, nós vamos adequar a programação e não o PPA, então nós trouxemos alí os indicadores e

a gente considera muito importante que vocês visu stá todo mundo com a planilha? Todo mundo localizou? É a ação nº 4.002 agentes comunitários . Eu vou citar alí os indicadores só para constar aqui na ata que nós vamos focar o nosso monitora m base nesses indicadores, recentemente nós trouxemos aqui muitos deles na discussão sobre o o, e alguns indicadores são indicadores próprios do município que vão servir para que a gente poss ar essas metas do PPA, então eu vou ler aqui e os índices nós já discutimos aqui previamente só v apidamente, então são 24 indicadores que nós vamos utilizar para monitorar essas metas, *cober ntro de atenção psicossocial, *cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção b imero de ações de Vigilâncias em Saúde do trabalhador realizadas em empresas, *número de os de sífilis congênita em menores de um ano de idade, *número de ciclos que atingiram o mínimo cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue, *número de entidades ou unid citadas em Vigilância em Saúde do Trabalhador, *número de entidades ou unidades com o sistema de notificação de câncer relacionado ao trabalho implementado, *número de óbitos maternos em determinado período e local de residência, *número de perfis produtivos do Município de Juiz de Fora por território definido no Plano Diretor de Atenção Primária a Saúde, *número de UAPS agora UBS qualificadas para utilização dos fluxos de acesso das principais linhas de cuidado da urgência e emergência, *número de unidades de urgência e emergência com serviço de notificação de violência doméstica, sexual e outras violências implantado, *número de unidades de urgência e emergência qualificadas para reconhecimento dos fluxos assistenciais da RUE, *percentual de atendimentos a população trabalhadora com suspeita de acidente ou doença relacionada ao trabalho, *percentual de aumento das notificações dos agravos ou doenças de saúde do trabalhador no SINAN. O Jorge já vai providenciar alí, a gente entregou esse relatório nas discussões prévias aí ele não rodou hoje mais vai rodar. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Enquanto providencia e roda o documento que a gente precisa, a Secretária vai fazer a apresentação para agilizar. **Com a palavra Elizabeth Jucá (Secretária de Saúde):** Eu tinha pedido, nós íamos trabalhar com uma metodologia nós da saúde, quando chegasse no PPA o nosso programa que está escrito Aedes do Bem eu ia pedir uma complementação, porque hoje está conosco aqui a Drª Cecília que ela está trabalhando para nós no projeto de pesquisa para a gente implementar em Juiz de Fora esse Aedes do Bem. Por que eu pedi para antecipar? Porque ele está previsto no PPA só que a gente já está começando a andar com esse projeto agora, então eu gostaria de passar para Drª Cecília fazer uma breve apresentação do que é esse projeto, é uma coisa rápida para vocês terem ideia até porque nós vamos fazer o encaminhamento depois, Drª Cecília, por favor, obrigada. **Com a palavra Drª Cecília Kosmann (Projeto Aedes do Bem):** Boa noite a todos. Obrigada por me receberem aqui, eu queria agradecer a Secretária Elizabeth pelo convite e por nos dar a oportunidade a Oxitec de trazer e explicar para vocês o que é o Projeto Aedes do Bem e como que ele funciona. Então o Aedes do Bem e eu acho que vocês já devem ter ouvido na mídia, ela é uma linhagem geneticamente modificada então é um inseto transgênico e nós utilizamos o mosquito para combater o mosquito, então o Aedes Aegypti que é o causador de tantas doenças que a gente e vocês principalmente aqui da saúde também conhecem, nós vamos usar ele geneticamente modificado é uma linhagem transgênica para combater o mosquito. Vai ser bem rápida a minha explicação, e eu já me coloco a disposição se em algum outro momento vocês quiserem que eu dê outra palestra aqui ou em outro lugar, eu me coloco em nome da Oxitec a disposição para isso. Então o que a gente tem hoje de ferramentas? Aqui no Brasil o que a gente usa? Nós utilizamos inseticidas, alguns larvicidas e eliminação de criadouros, um método muito utilizado são os inseticidas e que infelizmente eu acho no ponto de vista biológico a gente sabe que eles não são bons nem para fauna e nem para o ser humano, e nós estamos trazendo uma tecnologia que ela é espécie específico. O que isso quer dizer? Essa tecnologia ela só atinge o Aedes Aegypti, ela não vai atingir a abelha que é importante, a borboleta, o grilo e todas as outras espécies, ela tem um alvo que é somente o Aedes Aegypti, então é muito complicado e é muito estranho “Eu vou combater mosquito liberando mais mosquito. Como funciona? É perigoso?”. O que a gente precisa saber anteriormente para entender o projeto? A primeira coisa é a alimentação. O que o mosquito come? A gente sabe que em algum momento ele se alimenta de sangue porque ele transmite doenças e nos pica na nossa casa, no nosso trabalho, mas somente as fêmeas que picam, os machos não picam sejam eles transgênicos ou não, qualquer espécie de mosquito é somente a fêmea que pica, então quando a gente pensa em Aedes do Bem nós estamos falando de machos, então sempre que você ouvir falar em Aedes do Bem você está ouvindo falar de machos transgênicos que não picam, ou seja, que são seguros para população porque não pica, não se alimentam de sangue e consequentemente não transmitem nenhuma doença. Então o que a gente faz o nosso projeto? Nós vamos liberar machos na área escolhida numa área urbana, não adianta a gente também liberar numa área rural porque o Aedes Aegypti não está lá, o Aedes Aegypti está dentro da nossa casa ele está alí atrás do sofá, embaixo da cama, dentro do armário, ele está escondido dentro de casa e é uma espécie extremamente adaptada ao convívio com o homem, então nós soltamos os machos que vão procurar as fêmeas que estão dentro da nossa casa atrás do sofá, embaixo da cama, vão cruzar com a fêmea e todos os filhos desse casal do macho transgênico com a fêmea

selvagem eles vão morrer antes de chegar à fase seja, antes de virar um novo vetor, então nós estamos agindo nessa geração que está voando p a próxima, e fazendo isso num projeto ao longo de alguns meses a gente consegue reduzir a popu mosquito sem utilizar nenhum tipo de químico e causar nenhum tipo de desequilíbrio ecológico, en mais é do que um controle biológico nós vamos controlar uma espécie usando a mesma espécie, s usar o mosquito para controlar o mosquito. Então como que funciona? Muitas pessoas questi s o mosquito transgênico para ele morrer tem algum veneno, produz alguma toxina ou veneno?" verdade a gente pode fazer uma analogia como se fosse um câncer que o filho do mosquito vai ter que a larva nasce e que ela sai do ovo ela começa a produzir uma proteína e isso acontece e o e isso nunca para, uma vez que ela começa a produzir essa proteína não para, lá pelo quarto ou de vida da larva tem muita proteína na célula dela que ela morre, tem um excesso de proteína u eração celular muito grande e ela vai morrer, então não acontece nada, "Mas se eu comer o mosquito eu como mosquitos infelizmente todos os dias no trabalho sem querer, não é que eu tenha um gosto alimentar meio estranho, mas acontece você está falando e o mosquito entra e está tudo bem, então não é nenhum tipo de toxina nada disso é só uma proteína produzida em excesso, então cada fêmea de mosquito ela coloca ao longo da sua vida mais ou menos 200 a 300 ovos uma fêmea e ela só cruza uma vez na vida, então se ela cruzar com um macho transgênico esses 200 a 300 novos mosquitos que iriam nascer não vão, então para cada cruza que o macho fizer na próxima geração nós vamos ter de 200 a 300 mosquitos a menos, o macho cruza mais de uma vez e só a fêmea que cruza somente uma. Quando a gente fala em transgênicos quer dizer que tem um gene a mais pelo menos um, nós inserimos dois no mosquito esse gene que faz a proteína e o marcador florescente para que eu possa reconhecer o mosquito, porque se você olhar o mosquito transgênico e vocês vão ter a oportunidade de fazer isso e olhar o mosquito selvagem que está aí voando eles são iguais, não existe a menor diferença entre eles além do gene a mais, então a gente precisou colocar um marcador para que fosse mais fácil de reconhecer, então são esses dois genes a mais. E o que a gente faz? Hoje em dia a gente não pode falar em erradicar o mosquito isso é impossível, a gente vive num mundo globalizado e o mosquito anda de avião, ele anda de carro, onde está o homem o mosquito vai estar, então o que a gente pode falar hoje é em suprimir, em reduzir a população do mosquito até que tenha tão pouco mosquito que a gente não vai ter mais casos de epidemia, porque para ter uma epidemia ou a circulação dessas doenças você precisa ter o hospedeiro que é o homem, o mosquito e o vírus, se a gente tem pouco mosquito a gente vai ter pouca circulação do vírus. Tudo isso é uma coisa nova nós estamos combatendo o mosquito com mais mosquito, a primeira vista pode soar estranho "Mas é seguro? Você está liberando mosquito, eu ouvi a minha vida inteira que mosquito pica e você vem me dizer que mosquito não pica", o mosquito a gente sabe que os machos não picam e não tem nenhum tipo de toxina, com base nisso quem regulamenta o uso de qualquer organismo transgênico planta ou animais aqui no Brasil é um órgão chamado CTNBio Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, em 2014 ela decidiu que o Aedes do Bem o mosquito transgênico ele é seguro do ponto de vista do meio ambiente, da saúde humana, saúde animal e das plantas, então desde 2014 nós podemos liberar o mosquito em qualquer lugar do território brasileiro com o respaldo da CTNBio, o próprio FDA que é quem regulamenta comidas e remédios nos Estados Unidos também publicou um relatório dizendo que não existe nenhum impacto na liberação dos mosquitos, então ele é totalmente seguro para saúde humana e para o meio ambiente também e torna-se muito interessante quando você compara com os métodos tradicionais, se você não utilizar nenhum tipo de químico você não deixa o que a gente chama de uma pegada ecológica, você não deixa nenhum rastro, a partir do momento que você para de liberar o mosquito como a geração seguinte morre em poucas semanas e a gente já fez esse estudo o gene some do ambiente, então nem o gene persiste no ambiente, parou o projeto logo depois o gene some. Então como que funciona o projeto? Para vocês entenderem o que nós estamos querendo trazer aqui para Juiz de Fora, a partir do momento que a gente assina um contrato e isso em qualquer lugar nós começamos uma fase que é extremamente importante, não contando a parte de liberar o mosquito que é muito importante, a parte mais importante é isso que é explicar para toda população o que vai acontecer, porque é o que eu falei eu ouvi a minha vida inteira que mosquito pica aí vem você me dizer que mosquito não pica, a gente leva a gaiola e vai de porta em porta nas áreas que serão tratadas para explicar para população, e sempre com o agente de saúde que são fundamentais no projeto porque ninguém me conhece nem em Campinas onde eu moro, mas eles conhecem o agente de saúde, então eles abrem a porta porque a pessoa que está lá eles confiam e aí eles vão ouvir a explicação sobre o Aedes do Bem, então nenhum mosquito é liberado antes que a gente termina a fase do engajamento para que todo mundo saiba exatamente o que vai acontecer. Aí nós começamos e essa fase ela vai durar no mínimo dois meses a fase de engajamento público, nós começamos a liberar os mosquitos e aí é aquilo o que eu contei o macho vai procurar a fêmea e vai cruzar com a fêmea e a fêmea vai colocar seus ovos, nós monitoramos toda a área para a gente ir semanalmente acompanhando a quantidade de mosquitos que tem e isso a gente faz através daquele gene que é florescente que eu comentei, então toda semana a área é monitorada e as armadilhas são recolhidas e a gente leva para o laboratório faz a análise e

tem uma resposta semana após semana de como damento do projeto, se já diminuiu bastante e a população já reduziu eu posso reduzir a quantidac quitos que eu estou liberando, se vier uma chuva e aumentar um pouco então a gente pode aument ajuste seria dinâmico e quase em tempo real, a gente tem só um deleito de uma semana do proce das armadilhas. A parte de engajamento a gente usa diversas ferramentas e vocês vão poder acom aqui em Juiz de Fora que é tenda em local de grande circulação, a gaiola com o mosquito a gen leva para que a pessoa possa ver com os seus próprios olhos primeiro que ele é igual ao mosquit io é nada diferente, às vezes a pessoa fala "É normal ter uma cabeça só?" é igualzinho ao outro, não pica se colocar uma criança com a mão alí dentro da gaiola e a gente convida todo mundo pa n seus próprios olhos ou no caso com a sua própria mão que o mosquito realmente não pica e seguro, aí também temos outras ferramentas como o carro de som, o porta a porta que é muito e muito efetiva apesar de que dá bastante trabalho mais ela é uma ferramenta muito boa, flares e posterez educacionais tanto para ensino médio e ensino fundamental porque a gente sabe que as crianças são os grandes multiplicadores da informação, então trabalhando em parceria além obviamente com a Secretaria de Saúde e com a Secretaria de Educação a gente consegue atingir mais pessoas ainda, também é feito toda uma parte de publicidade de massa, outdoor em shoppings, coloca em quiosque e no jornal. Quando a gente começou no primeiro lugar que nós tratamos em Piracicaba que é onde nós temos um projeto bastante grande, no início ninguém conhecia e o engajamento estava para durar dois meses, no final do primeiro mês "Eu não aguento mais ouvir, traz o mosquito logo" de tanto que a gente falava, e não tem uma pessoa naquele bairro que não saiba explicar com as suas palavras o que é o mosquito transgênico e o que ele faz, tanto que depois do engajamento e nós já fizemos a primeira pesquisa que não tinha o engajamento, mas nós já atingimos até o final do ano passado 98% da população de Piracicaba conhece o Aedes do Bem, ou seja, conhece o inseto transgênico, e quase 93% apoiam o uso do Aedes do Bem, então só para terem ideia de como é feito esse engajamento e que realmente é uma coisa muito importante e feita com muito esmero. Então é só para vocês verem como que o mosquito é liberado, ele é liberado numa van e a van passa em todas as ruas da área tratada porque o mosquito só voa de 100 a 200 metros, então a cada 100 metros nós liberamos uma média de 1.000 mosquitos e é feito isso com coordenadas e tem o aplicativo para isso, a gente joga o mosquito pela van e ele sai e vai fazer o que ele tem que fazer procurar a fêmea e cruzar com ela. Então como eu disse a gente monitora toda à área tratada e isso é feito semanalmente através do marcador florescente, então nós temos essas armadilhas que são armadilhas de ovos, nós colocamos nas residências obviamente com a autorização do morador e semanalmente nós trocamos para que a gente possa então saber como que anda a quantidade a população do mosquito naquela área, eu só ia mostrar para vocês na verdade a florescência como que a gente analisa e alguns resultados. Então é uma coisa nova mais não tanto, esse mosquito ele foi criado na Inglaterra na Universidade de Oxford em 2002, nós começamos a trabalhar em diversos locais, já em 2008 e 2009 nós começamos nas Ilhas Cayman, no Brasil nós já fizemos trabalhos na Bahia de 2009 até 2011 e agora nós começamos também projetos a gente já está em Piracicaba, tínhamos um projeto no Panamá, era legal mostrar os números, nas Ilhas Cayman nós tivemos uma redução de 96% na população selvagem do mosquito, os dados da Bahia foram três bairros e foram 92%, 93% e 99% de redução, no Panamá em seis meses e eu participei desse projeto foram 93% de redução na população do mosquito, então são resultados que não dá para ignorar, nenhuma ferramenta hoje atinge esses números e a única ferramenta que você tem hoje que vai agir já desde o ovo, a gente tem os larvicidas que agem nas larvas, os inseticidas no adulto, os larvicidas também podem agir nas pupas, mas no ovo é somente essa e a gente sabe o problema que são os ovos do mosquito porque eles ficam viáveis por até um ano, o banco de ovos é o grande problema desse mosquito, não é só matar, é acabar com o banco de ovos, e como os projetos que a gente faz eles duram e agora a gente está fazendo projetos pelo menos dois anos a gente tem tempo suficiente para limpar esse banco de ovos, então no próximo verão quando vier chuva o banco já não está mais alí, só para curiosidade mostrar a florescência vocês vão ver ao apagar a luz são duas larvas de mosquito e aí você vê que elas têm esses pontos brilhosos esse é o gene que a gente inseriu, a olho nu não dá para ver, no microscópico especial a olho nu ela é igual, aqui desconfigurou também mais como eu disse nas Ilhas Cayman 96%, no Brasil 92%, 93% e 99% e no Panamá 93%. Em Piracicaba nós começamos um projeto em 2015 num bairro de 5.000 pessoas e em seis meses a gente já tinha atingido 82% de redução, mas o interessante é falar na redução que teve nos casos de dengue, a gente é uma ferramenta para acabar com o mosquito, mas se não tem mosquito como eu disse antes a gente não vai ter tantas doenças, no ano dengue 14 e 15 esse bairro que se chama CECAP ele teve 133 casos de dengue para 5.000 pessoas, no ano dengue seguinte onde nós já estávamos liberando os mosquitos o numero caiu para 12, foi uma redução de 91% nos casos de dengue nesse bairro e o resto da cidade teve uma redução de 52%, a única diferença entre os dois locais era o uso do Aedes do Bem, não tenho muito mais tempo para falar mais era mais ou menos isso que eu queria falar para vocês e explicar, com certeza espero que daqui para frente e vocês vão poder ver a gente vai estar fazendo várias ações de engajamento, estar alí na mídia, então espero encontrar

vocês mais vezes, o Ministério da Saúde a gente f ive agora no mês que vem nós vamos receber o Divino e o Coordenador do Programa da Dengue é uma sigla imensa que eu ainda não decorei, mas assim como o Ministério da Saúde a OMS tar omenda que a gente faça projetos pilotos e projetos de pesquisa com o Aedes do Bem, ele air incluído no Programa Nacional mais ele tem o aval de CTNBio para acontecer que é quem regula as a partir do momento que a gente tiver mais projetos a gente espera que seja incluído no antig obrigada. **Com a palavra Rodrigo Almeida (Subsecretário de Vigilância em Saúde):** A título c lação, independente da execução desse projeto no município nenhuma frente de serviço de saúde ncia ela é suprimida, é mantida todas as frentes, os trabalhos dos agentes de endemias, o trabalho ão, todos os trabalhos são mantidos, é um trabalho a parte complementar. **Com a palavra El ucá (Secretária de Saúde):** Obrigada Cecília pela apresentação. Nós pedimos a Cecília para vi que nós gostaríamos de implementar esse projeto em Juiz de Fora, a gente vem conversando e conhecendo esse projeto já tem certo tempo, eu conheço o projeto de Piracicaba, o Rodrigo também conhece o projeto de Piracicaba, então nós gostaríamos de continuar implementando esse projeto de pesquisa em Juiz de Fora, nós achamos que vai ser importante e ele não é na cidade toda, ele é em regiões onde tem a prevalência da doença e do mosquito onde tem o LIRA muito alto durante um período longo para se iniciar, então o nosso pedido aqui é para a gente começar implementar esse projeto aqui em Juiz de Fora, esse projeto já está incluído no PPA, mas como é um projeto Aedes do Bem que ninguém conhece nós achamos melhor trazer uma especialista para explicar o projeto para vocês, obrigada. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Quem acompanhou as discussões ao longo dessa semana pôde fazer uma leitura e conhecer um pouco, mas não aprofundado, ele está previsto não para 2018 é para 2019 no PPA, eu acredito que e a gente já viu, aí Beth é só uma pergunta. Ele seria mentido para o ano de 2019 ou a gente vai antecipar para 2018? **Com a palavra Elizabeth Jucá (Secretária de Saúde):** Eu só vou explicar isso do PPA é porque é o seguinte, olha o produto é projeto implementado, eu estou pedindo para começar a implementar e ele ser totalmente implementado em 2019, estar totalmente implementado em 2019, essa que é a diferença, não é iniciar, eu estou pedindo aqui para a gente iniciar o projeto. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** É só porque nós estamos discutindo o PPA e aí fazer essa observação, conclusão 2019. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Eu só quero lembrar vocês que nós discutimos isso no dia 19, está aí nessa planilha aqui Aedes do Bem e se você olhar a planilha você vai ver Aedes do Bem aí no 0049 nós discutimos isso, mas como ela veio fazer uma apresentação e de repente vocês querem tirar alguma dúvida aí a gente vai abrir, mas quero lembrar que já discutimos e que está no PPA. **Com a palavra Wiliam de Menezes (Região Sanitária 5):** Cecília eu só queria saber, os estudos científicos feitos comprovados. Eu queria saber mais ou menos quanto tempo tem isso e existe algum tipo de futuro problema referente ao meio ambiente, um futuro desequilíbrio ecológico? Falo com propriedade porque eu também sou dentro da área de botânica, obrigado. **Com a palavra Hugo Bento (LIXARTE):** Peço desculpa a plenária e aos demais membros da Mesa até pela minha ignorância, porque quando eu peguei o documento na semana passada não foi falado que seria celebrado um convênio com uma entidade fora, só veio colocado, aí fica a minha pergunta primeiro eu vou continuar aqui sempre colocando que a gente tem que ficar muito atento ao regimento interno tanto lá no artigo 8º quanto no artigo 13, e como não foi colocado até agora porque eu estou olhando e eu não estou vendo valores, aí Secretária a pergunta é dirigida a senhora. Qual é o custo que vai constar no PPA? **Com a palavra Guido Pereira (Região Sanitária 10):** Por coincidência eu estava procurando uns documentos lá em casa e eu achei esse cartaz sobre o Aedes Aegypti, mas ele já é nosso conhecido já deve ter mais ou menos uns cinco anos ou pelo menos eu não olhei a data, mas eu tenho esse papel lá em casa porque eles estão querendo criar um projeto de eliminar essas coisas, isso não é novo, para mim isso é antigo. Agora eu gostei pelo seguinte, só está me preocupando quem é que vai monitorar esse lançamento que nós vamos fazer para saber se está tendo o efeito ou não, porque de repente vem o efeito muito rápido e a gente para de monitorar, aí vem a epidemia de novo porque esse mosquito ele já vem da natureza com essa finalidade de causar essa doença e nós é que vamos eliminar ele, então era essa a minha pergunta. **Com a palavra Drª Cecília Kosmann (Projeto Aedes do Bem):** O mosquito como eu disse ele foi criado em 2002, então desde 2002 existem publicações a respeito, as publicações a respeito da eficácia e a respeito dos resultados elas começam em 2011 porque o primeiro projeto foi em 2009 e leva um tempo até você conseguir resultar os dados e publicar o manuscrito, e quem tiver interesse eu posso enviar os artigos, as publicações são todas em revistas científicas, não é publicação na internet, em blog, em site institucional, são publicações científicas em revistas de elevado fator de impacto e revisado por pares, ou seja, outros cientistas no momento da publicação analisaram os dados e acharam que eles estavam apitos para publicação, não foi algo que nós fizemos. Em relação ao desequilíbrio ecológico o Aedes Aegypti como o nome já diz ele vem do Egito, Aedes Aegypti significa o “Odioso do Egito” ele não veio do Brasil, ele foi introduzido no Brasil através do comércio marítimo, nós conseguimos já erradicá-lo uma vez no Brasil e ele vai voltar, só por ele ser exótico invasor e só por isso ele já mereceria ser retirado da nossa fauna, não precisava nem causar doença mais ele ainda

causa, não estou nem falando que nós vamos aca mosquito porque como eu já disse antes que isso não dá mais para fazer, então por ele ser exó xiste nenhuma espécie que se alimente exclusivamente de Aedes Aegypti, não faz parte d una, então retirá-lo da nossa fauna não abre nicho para nenhuma outra espécie e não causa ne sequilíbrio ecológico o que foi também corroborado pela CTNBio que disse que ele é seg meio ambiente, então a resposta mais simples é que ele não é daqui então ele veio de fora e só po espécies exóticas sejam elas animais ou plantas elas não deveriam estar aqui já desde o princípio. **lavra Elizabeth Jucá (Secretária de Saúde):** Hugo o que nós viemos fazer aqui é explicar o prc ainda estamos definindo o tamanho do projeto, porque o custo da nossa participação nesse proje abitante da região que a gente vai definir, então nós estamos ainda fazendo um estudo para ver qu s regiões que tem a maior prevalência, qual é a sua população porque às vezes a população que ngida diretamente e não a população do bairro, isso tem um custo por habitante, então o que a gente está fazendo é acabando de fazer esses estudos para chegar num custo, lógico que no PPA a gente fez um custo estimado, esse projeto nós estamos pensando em começar timidamente e depois ir ampliando de acordo com o resultado dele, e entrar então primeiro nas áreas de maior que a gente chama de prevalência que é um estudo que o Rodrigo está acabando de fazer para mim para eu chegar a um custo disso, o que a gente está conversando aqui é para nós iniciarmos esse projeto, já estamos nele para poder chegar a Drª Cecília aqui, mas tem alguns estudos que o Rodrigo está acabando de fazer para a gente chegar no custo dele, então isso vai ser qual a área, qual o número de habitantes que vai ser atingido primeiramente, depois como vamos ampliar para a gente fechar esse valor da nossa participação nesse projeto de pesquisa. **Com a palavra Drª Cecília Kosmann (Projeto Aedes do Bem):** O monitoramento ele começa a partir do momento que a gente assina um contrato, então antes de liberar a gente já começa a monitorar para saber qual é o cenário anterior às liberações, qual era o número da infestação, até porque a gente precisa saber qual é a taxa de infestação para saber quantos mosquitos a gente precisa liberar se vai ser 2, 20, 100, então isso a gente precisa saber, então o monitoramento começa antes e ele se entende por todo o projeto ele nunca para, e de acordo com a CTNBio nós ainda monitoramos acabada as liberações por dois anos, então até dois anos após as liberações nós monitoramos a área, tanto a área tratada que eu ainda não comentei a gente sempre vai ter uma área controle que é uma área que vai ter as armadilhas vai ter o monitoramento mais não tem a liberação, que é para a gente saber porque a gente sabe que agora tem bem menos mosquitos porque a gente está no inverno e está mais seco, então a população do mosquito flutua, então se eu olhar em julho está bom, se eu olhar em janeiro vai estar ruim, e não é só isso, a gente sempre vai comparar com uma área onde não estamos liberando o mosquito porque a gente elimina qualquer fator de sazonalidade e aí também os resultados ficam extremamente robustos, bastante fortes, então até dois anos é monitorado. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Conselheiros é o seguinte, como eu falei ele já estava aqui no PPA e a gente já tinha feito uma discussão, o que não tinha acontecido ainda era essa demonstração que foi feita aqui agora, eu ainda brinquei aqui que a Eva está em todo lugar, vai ser a Eva que vai acabar com a dengue e quando eu chegar lá em cima eu vou acertar as contas com a Eva porque caiu tudo nas nossas costas, então eu gostaria de colocar para vocês se a gente pode aprovar essa questão do Aedes do Bem agora. Vocês concordam? Então quem concordar levantar o crachá. Contrários, 1 abstenção: aprovado. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Conselheiros é só para esclarecer que nós não estamos fazendo nenhuma cobrança, mas todos que compareceram ao longo do dia 19 ao dia 22 receberam o que a Luciana está falando aqui, no dia 19 nós entregamos a primeira planilha do PPA que é essa planilha que ela está fazendo a leitura, então nós aviamos feito um acordo que nós não íamos fazer nenhuma reprodução aqui agora definitivamente até porque já nem temos, todo mundo que esteve presente recebeu aqui, então Luciana eu quero só te pedir, por favor, um pouco mais pausada porque as pessoas não tiveram a oportunidade de trazer aqui, mas o que ela está mostrando é essa planilha aqui que vocês vão recordar e nós pedimos para que hoje a gente faça o dever de casa. **Com a palavra Luciana Afonso (Departamento de Planejamento e Informações da Saúde/SS):** Então eu vou prosseguir de onde eu parei, nós paramos alí no indicador *percentual de aumento das notificações dos agravos e doenças da saúde do trabalhador no SINAN, o próximo é o *percentual de notificação investigação dos agravos e doenças de saúde do trabalhador no SINAN com completude de preenchimento do campo atividade econômica, depois *proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar com confirmação laboratorial, *proporção de exodontias em relação aos procedimentos odontológicos, *proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias de 10 a 19 anos, *proporção de parto normal no SUS e na saúde suplementar, *proporção de vacinas selecionadas no calendário nacional de vacinação para crianças menores de 2 anos, *razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária, *razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária, *taxa de mortalidade infantil, *taxa de mortalidade prematura. Então é um rol de 24 indicadores, o nosso principal indicador do PPA é o indicador

taxa de mortalidade infantil que é um indicador qu realidade da rede de saúde como um todo, monitorando esse indicador nós temos uma visão omo anda os cuidados na atenção primária, na atenção secundária e até na rede hospitalar, então icador que perpassa alí todos os pontos da rede de atenção, então ele foi eleito pela equipe da Sec mo o nosso principal indicador, os outros não menos importantes refletem a questão da saúde n nfantil, vocês viram alí proporção de parto normal, proporção de gravides na adolescência, h saúde da mulher e da criança é foco da nossa atenção e merece um monitoramento todo especia ro de óbitos maternos isso nós temos um percentual alto de óbitos infantis e maternos e é n ações para que a gente melhore isso, e temos outros indicadores aí relacionados a rede de urgê rgência, cobertura de equipe de saúde da família também é um indicador importantíssimo, alguns re s a Vigilância Epidemiológica e Sanitária, relacionados a epidemia de dengue o controle da de dengue, então na realidade esse rol de indicadores ele vai propiciar que a gente esteja monitorando a saúde como um todo que foi o que a Secretária nos disse agora pouco, a gente não poderia colocar muitos, mas colocamos esses 24 que a gente achou que com eles a gente vai poder fazer um monitoramento pelo menos anual para trazer aqui no Conselho. Agora eu vou passar rapidamente também o rol de ações, nós trouxemos um relatório único porque o PPA é um instrumento único, porém nós vamos passar separado alí por Subsecretaria para que vocês acompanhem nas planilhas que estão aí para que não haja aquela dificuldade de acompanhamento, então a gente vai repassar aqui primeiro a planilha referente a Subsecretaria de Atenção Primária a Saúde, o rol de ações que ficaram definidas aqui pelos conselheiros foram PROMED Programa de Residência Média em Medicina de Família e Comunidade, agentes comunitários de saúde, ações de custeio e serviços na atenção primária, equipes de saúde bucal na estratégia de saúde da família, Plano Diretor de Atenção Primária a Saúde, construção de unidades de atenção primária a saúde e fazendo um destaque aí Jorge que também conste em ata, nessa sua minuta nós temos aí para 2018 duas unidades construídas e três para 2019, a ordem foi invertida no PPA documental, já está na CEPLAG e nós invertemos. Está lembrado desse encaminhamento? Eram três em 2018 e duas em 2019, adequação de unidades de saúde, Inova SUS que é a ação relacionada a Ciranda interdisciplinar e a ação consultório na rua, esse é o rol de ações relacionadas a atenção primária. A Subsecretaria de Regulação é a próxima, sigla SSR, rol de ações fortalecimento da assistência ambulatorial e hospitalar do município, atividades do laboratório central, fortalecimento da regulação e auditoria do SUS, na regulação são poucas as ações, mas ações bastante abrangentes, são poucas ações mais com um alcance grande, aí na planilha traz a discrição que nós discutimos e as metas. A próxima vai ser a SSRA que é a Subsecretaria de Redes Assistenciais, residências terapêuticas custeio é a primeira ação, ações de saúde na atenção secundária, ações de saúde mental em atenção especializada de alta complexidade, centro de especialidades odontológicas custeio, centro estadual de atenção especializada que é o CEAE, atenção hospitalar psiquiatria, odontologia hospitalar, centro de atenção psicossocial e implantação do centro de especialidades médicas, essas são as ações e abaixo nós temos as etapas e é o mesmo detalhamento de todas as planilhas. Agora nós vamos para SUE Subsecretaria de Urgência e Emergência. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Vamos voltar aqui. Onde está o CAPS AD da Zona Norte e o CAPS I? Não apareceu aqui. **Com a palavra Luciana Afonso (Departamento de Planejamento e Informações da Saúde/SS):** Está nas etapas Regina. Pessoal vocês acharam a SSUE? As ações, Hospital de Pronto Socorro que é o HPS, a ação Pró-Hosp Programa de Fortalecimento e Melhoria da Qualidade Hospitalar, fortalecimento das ações estratégicas de urgência e emergência, pronto atendimento e unidades de pronto atendimento, internação domiciliar, hospital de urgência e emergência, complexo regulador transporte de pacientes e essa ação segundo as discussões aqui nós trocamos de nome então virou transporte de pacientes/STIH, eu vou deixar um relatório aqui já com todas as modificações que o Conselho recomendou e pediu já realizadas aqui no relatório corrigido. A próxima é SSVS que é a Subsecretaria de Vigilância em Saúde, Vigilância em Saúde do Trabalhador CEREST-JF e RENAST, atividades de Vigilância Epidemiológicas e Ambientais, ação PAM AIDS e hepatites virais, o PAM aí no caso é o Plano de Ações e Metas da AIDS e hepatites virais, atividades de vigilância sanitária de serviços e produtos e a última é o Aedes do Bem. E a última planilha é SSEIN que é a Subsecretaria de Execução Instrumental, assistência farmacêutica, abastecimento de insumos e materiais médico-hospitalares, regionalização da assistência farmacêutica, gestão de demandas especiais. Então essas são as ações, esse é o rol, cada ação é acompanhada de uma previsão de metas e cada previsão de metas foi discutida por nós aqui assim como os indicadores e os produtos de cada ação, além disso, existem ações que se subdividem em etapas, nessas planilhas estão as etapas que a gente também abordou aqui nas discussões, e nós temos uma parte que são ações que perpassam todas as Subsecretarias que são ações intersetoriais que a gente trouxe também na minuta que são ações que de fato não tem como separar, são ações que perpassam todos os setores e vão envolver o esforço de todos os setores, perdão é a planilha ações intersetoriais. Implantação das redes de atenção à saúde, essa é uma ação que merece destaque também porque são as redes de atenção prioritárias que nós discutimos na Conferência que estão previstas em portaria a implantação das redes

prioritárias de atenção, a ação integração dos pon nção da Rede SUS que diz respeito à regulação do acesso e implantação de algumas ferramentas a gente consiga facilitar o fluxo e o acesso dos usuários, dentre elas a informatização de entrega es, a valorização da auditoria no serviço de saúde uma ação muito importante, a ação promoção de não tem etapas alí descritas mais ela diz respeito a ações intersetoriais com outros entes, é a Secre aúde promovendo uma integração com o terceiro setor com a iniciativa privada no sentido de trazer para as nossas unidades na hora certa, no tempo certo, da maneira certa para fazer o procedimento m exemplo prático a questão da agenda programada dos diabéticos e hipertensos nas UBS os uma dificuldade muito grande de trazer essa população para a consulta programada principalm ossos trabalhadores que trabalham o dia inteiro e não tem como ir à UBS no horário que ela funcion a nossa concepção a Secretaria de Saúde precisa trabalhar com o sistema S que é quem faz ocupacional nas empresas, por exemplo, e a gente tem que integrar com esse pessoal para conseguir trazer a nossa população alvo. E a última aí que é a gestão de recursos humanos que nada mais é do que um mapeamento dos nossos recursos na saúde, ver onde os nossos servidores estão, o que estão fazendo, qual a função, para que a gente possa definir melhor a função de cada um e remanejar quem tem um perfil melhor para o local que seja mais adequado, e tentando também implementar avaliação de desempenho por boas práticas e a educação permanente que é um assunto que a gente não desiste dele porque o servidor precisa ser constantemente capacitado, essas são as ações intersetoriais, muito obrigada. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Luciana obrigada e como sempre você é brilhante, parabéns Beth esses meninos eles trabalharam aqui conosco igual o Jorge falou até as 22h00min da noite e a gente é chato, vem pouco mais os poucos que vem são os poucos que são chatos, e a gente perguntou a gente questionou e tudo foi respondido dentro daquilo que a gente perguntou, então eu quero deixar aqui os nossos agradecimentos. **Com a palavra Carmem (Subsecretária de Planejamento do Orçamento e Finanças da Saúde):** Boa noite. Conforme a Regina e a Luciana já disseram a gente já conversou aqui sobre os valores da previsão da receita na LDO para os três próximos exercícios, o relatório que vocês têm é um que a gente distribuiu na segunda-feira e eu não sei se vocês o trouxeram porque a gente pediu para trazer, esse anexo nós colocamos conforme nós falamos aqui é um anexo que vai ser encaminhado junto para Câmara compondo a LDO, então nós trouxemos ele todo integral com todas as contas contábeis trazendo os seus respectivos valores e discutimos, só voltando aqui a LDO é um dos instrumentos de planejamento Lei de Diretrizes Orçamentárias que ela tem que ser encaminhada pelo município ao legislativo até o dia 30 de junho, então razão que a gente está trazendo aqui para finalizar esse processo de discussão para que sexta-feira seja encaminhado ao legislativo junto com o PPA. **Com a palavra Elizabeth Jucá (Secretária de Saúde):** Eu só queria ressaltar aqui que esses números que ela vai apresentar são diretrizes para construção do orçamento, eles não são os números definitivos, são orientadores porque às vezes a gente confunde, então é o seguinte isso é uma orientação que pode ser revisto depois na Lei Orçamentária, mas isso é que vai nos dar a direção para a gente trabalhar, todos os números tem um nascedouro, por exemplo, a receita é uma projeção de receitas com base no passado e análise do que pode vir pela frente, só que isso é uma diretriz, a mais aprimorada é feita pela Lei Orçamentária e um pouco também disso é feito na despesa a mesma metodologia. **Com a palavra Carmem (Subsecretária de Planejamento do Orçamento e Finanças da Saúde):** Quando a gente conversou na semana passada nós trouxemos as informações de acordo com as ações, a gente conversou sobre média e alta complexidade na segunda-feira e na terça-feira, na quarta-feira a gente conversou sobre Atenção Primária em Saúde e a Assistência Farmacêutica e na quinta-feira a gente falou sobre a Vigilância em Saúde, então os números foram apresentados dessa forma, aí houve até uma solicitação dos conselheiros porque o relatório que nós trouxemos ele estava consolidado que é o anexo que vai encaminhado a Câmara, e aí houve um pedido dos conselheiros que a gente abrisse um pouco mais as receitas seguindo aquele mesmo rol de contas, mas abrindo para melhorar a visualização de determinada receita onde a gente englobava uma receita que fosse um repasse do Estado que fosse referente à média e alta complexidade e ao mesmo tempo outro repasse para atenção primária estava compondo o mesmo grupo de contas, então a gente abriu. Então essa planilha aqui é específica do MAC da média e alta complexidade, são previsões de recursos que irão custear as ações propostas de média e alta complexidade das Subsecretarias de Urgência, Redes Assistenciais e a Regulação que são aquelas ações lidas pela Luciana alí no rol de ações, então nós temos alí para coluna de 2018 para média e alta complexidade são os repasses para os serviços ambulatoriais e hospitalares R$ 164.000.000,00, e aí a gente vem descendo centro de especialidades odontológicas, o FAEC, a rede de atenção em saúde, a rede de atenção em saúde a gente falou nós tínhamos vários serviços na rede de atenção que estavam agrupados nessa única conta, então nós abrimos lá, serviços de residência terapêutica, serviços de unidade de acolhimento infanto juvenil, CAPS, leitos hospitalares psiquiátricos, rede viver sem limites, rede de câncer e rede cegonha, era o grupinho que forma os recursos das redes assistências. Logo abaixo vem o repasse para UPA, vem o repasse para rede de urgência e emergência, e logo a baixo são outras receitas que a gente agrupou num grupinho, programa melhor em casa e diversas

emendas parlamentares que vem de recursos fed u fecho o grupinho, repasse para média e alta complexidade do Governo Federal R$ 276.000.00 o na média e alta complexidade a gente dividiu repasse do Governo Federal e repasse do Goverr l. Descendo a gente continua com os repasses para média e alta complexidade vindo do Estado, s a gente comentou que tem várias resoluções do Estado e algumas a gente está recebendo e outra í eu listei quais são as resoluções, rede cegonha, emenda parlamentar, CEAE, serviço de odontolog ar, incremento financeiro para custeio de residências terapêuticas, incentivo financeiro para , pactuação de média e alta complexidade nos CEO's, incentivo financeiro para ações relacionad de tabaco, álcool e outras drogas, incentivo financeiro para o componente da rede de atenção ial centro de convivência, então foram resoluções que estão naquele grupo que a gente abriu para n a complexidade, custeio de UPA nós temos o Federal e o Estadual, rede resposta, total de repas ado para média e alta complexidade R$ 41.527.000,00, esse é o grupinho para o custeio que a gente está fazendo de previsão das ações de recursos provenientes do Governo Federal e Estadual, e logo abaixo a gente colocou quais são os recursos de capital. Por quê? Porque são recursos que vem ou para reforma ou alguma aquisição de equipamentos ou algum repasse que é para aumentar o capital o patrimônio, e aí nós temos aquisição de equipamentos para o HPS, emenda parlamentar, aquisição de equipamentos para o CAPS, contrato de repasse para reforma de unidade de urgência, e o convênio do Hospital Regional que a gente mencionou nós temos que colocar o convênio está vigente, total de repasse de despesas de capital do Governo Federal e Estadual R$ 11.803.000,00, então esse grupo de média e alta complexidade somando o repasse Federal e o repasso Estadual, então só para concluir a previsão que a gente está fazendo para média e alta complexidade, ações da urgência e emergência, ações da regulação e ações da atenção secundária R$ 330.000.000,00 para 2018. O próximo são as ações da atenção primária, a atenção primária a gente também conversou, os recursos federais a gente classifica como piso fixo e piso variável, então os valores lá em cima estão de acordo com o que a gente projetou no nosso PPA e na nossa Programação Anual de Saúde, piso fixo R$ 12.000.000,00 per capita e o Thiago explicou aqui, programa saúde da família R$ 8.000.000,00, programa agente comunitário R$ 6.000.000,00, equipe saúde bucal R$ 160.000, incentivo de implantação para saúde bucal R$ 42.000, incentivo para implantação de equipe saúde da família R$ 180.000, outros programas da atenção básica que é aquele grupinho que a gente consolidou. O que está alí dentro? O PMAQ, requalifica SUS, saúde na escola, consultório na rua e medicina de família, total desse grupo R$ 3.926.000,00 e mais dois recursos que vem no bloco de gestão que é o FAM o conhecido e famoso FAM alimentação e nutrição R$ 50.000 e o INOVASUS R$ 60.000, dos repasses do Governo Federal para atenção primária R$ 31.639.000,00, nos repasses do Estado também as resoluções igual a gente tem para média e alta complexidade, nós temos o incentivo financeiro para melhoria na qualidade da APS R$ 339.000, e qualificação nas ações de aleitamento materno e alimentação saudável e obesidade infantil R$ 465.000, e mais um incentivo do co-financiamento para atenção primária que era o antigo saúde em casa R$ 1.301.000,00, incentivo da Política Estadual de promoção no âmbito do Estado R$ 449.000, total do repasse de custeio do Estado para APS R$ 2.556.000,00, me lembro até que o Thiago fez mensal a isso a União repassa previsão R$ 31.000.000,00 e o Estado R$ 2.000.000,00. E logo abaixo as transferências de capital, aquisição de equipamento ou construção de unidades, um repasse na modalidade de residência medica R$ 200.000, aquisição de equipamentos e materiais permanentes provenientes de emenda parlamentar R$ 229.000, o programa requalifica SUS que é aquele de unidades que estão sendo reformadas que tem um rol de unidades que o Thiago falou R$ 1.683.000,00, vou corrigir a minha planilha porque lá está escrito UAPS então agora eu tenho que corrigir para UBS, e outros convênios do Estado que são as unidades que também estão propostas de construção R$ 11.203.000,00, total do repasse para capital que é reforma e aquisição de equipamentos R$ 13.316.000,00, total da APS R$ 47.000.000,00. Vigilância em Saúde é a mesma coisa repasse federal e estadual, temos o piso fixo de Vigilância R$ 1.499.000,00, um recurso que vem para AIDS R$ 784.000, o piso fixo da Vigilância Sanitária R$ 335.000 e outros programas também do Governo Federal que estão lá dentro, assistência financeira complementar, essa assistência financeira complementar é o valor do repasse para pagamento do agente de endemias o 1.014 que vem distribuído dessa forma, e incentivo pontual para ações de serviço de Vigilância em Saúde. Incentivo pontual por quê? São recursos que o Governo Federal encaminha dependendo da situação de epidemia ou não do município, e o PQVAS que é o Programa de Qualificação das Ações da Vigilância em Saúde são repasses pontuais que tem acontecido, então a gente faz essa previsão baseada nas portarias, total dos recursos federais R$ 6.096.000,00, para o Estado nós temos a mesma coisa resoluções do Estado para incentivo complementar de assistência laboratorial de emergência em saúde, incentivo financeiro complementar para controle de arboviroses urbanas, a arboviroses aqui é o Zica, resoluções fortalecimento das ações do CEREST é uma resolução também que a gente tem com previsão de repasse, programa estadual de Vigilância em Saúde e o plano microrregional, total dos repasses para custeio do Estado R$ 2.957.000,00, e outras transferências de capital que é uma emenda parlamentar para aquisição de veículos para Vigilância, total da Vigilância R$

13.034.000,00. E o último é o programa da Assisté nacêutica, nós temos o repasse federal R$ 2.686.000,00/ano e o repasse estadual, a gente fa que nós estamos colocando a parcela do Estado porque o Estado agora vai nos enviar o recurso pa e comprar o medicamento então está lá R$ 1.580.000,00/ano, e mais resoluções de aporte fin ue o Estado está dando para colocar medicamento, e emenda parlamentar que a gente ara aquisição de insumos e medicamentos R$ 250.000, total do repasse R$ 4.616.000,00 do Est nessa situação é ao contrário a nossa previsão de repasse do Estado está maior do que da União, to istência Farmacêutica R$ 7.302.000,00. Aí tem um quadro resumo que é esse e que a gente tem melhor, então a previsão das receitas vinculadas na LDO que a gente está apresentando é R$ 397. 0 distribuído entre União e Estado, sendo União R$ 320.371.000,00 e Estado R$ 74.050.000,00, di nas mesmas ações que a gente falou média e alta complexidade, APS, Vigilância em Saúde e Assist nacêutica, então total da LDO dos recursos vinculados R$ 397.000.000,00, é isso. **Com a palavra Elizabeth Jucá (Secretária de Saúde):** Eu gostaria de fazer dois esclarecimentos, ou melhor, três, primeiro que isso aqui é uma estimativa de receita feita agora, então ela é um orientador, depois na Lei Orçamentária Anual pode haver uma alteração de cenário, alguma receita nova pode ingressar ou uma receita prevista aqui a gente pode ter uma notícia de não ingresso, então isso é apenas uma diretriz, os valores reais mesmo são fixados na Lei Orçamentária Anual, então essa é a primeira observação. O recurso Tesouro qual é o direcionamento? Eles não nos deram a receita ainda prevista de impostos e transferências que calcula o percentual da saúde porque eles não tinham fechado ainda estavam trabalhando nisso, eu conversei com o Secretário de Planejamento ontem inclusive o Jorge estava ao meu lado, e nós combinamos o seguinte a diretriz para Lei Orçamentária é que o percentual de gastos do município de Juiz de Fora com a saúde vai ficar entre 29% e 30% a diretriz, então menos de 29% não, a gente vem gastando nos últimos anos inclusive em torno de 30% e vamos manter essa diretriz. O terceiro e último ponto que eu ia destacar que a Lei de Diretrizes Orçamentárias ela tem um anexo de metas e prioridades, excepcionalmente no ano que você elabora o PPA o anexo de metas e prioridades referem-se ao ano de 2018 do PPA, então as nossas prioridades para o ano de 2018 estão descritas no PPA para 2018, isso é uma excepcionalidade, ano que vem eu vou estar aqui apresentando um anexo de metas e prioridades, então todo ano de primeiro ano de governo de um Prefeito acontece isso o anexo de metas e prioridades da LDO se remete ao primeiro ano do PPA, então eu gostaria que isso e a Prefeitura toda faz isso e dá esse esclarecimento para vocês. Para finalizar e eu vou aproveitar aqui porque já que eu estou com o microfone e fazer uma a parte, eu gostaria de parabenizar vocês pela Conferência, toda a Comissão Organizadora pelo sucesso da Conferência como foi organizada num tempo tão ezíguo, e posso dizer na minha opinião que ela foi realmente um sucesso, então eu gostaria de parabenizar vocês pelo evento e pela organização, muito obrigada. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Eu vou só fazer um esclarecimento para todos vocês, nós ficamos aqui uma semana logo depois de uma semana exaustiva da Conferência, nós viemos para cá assim como os Subsecretários e discutimos, nos informamos, perguntamos, é aquilo que eu falei. O que eu disse? Todos os conselheiros foram convidados a estar participando, quando a gente fala e a gente cobra muito uma questão que se chama capacitação, essa discussão que a gente faz eu considero que é uma capacitação porque é o que tem de melhor, porque é tudo explicado desde o 001, 002, como que é a fonte de recurso, como que ela vem, então eu entendo que é a melhor coisa que o conselheiro faz enquanto conselheiro e todos são convidados. Então o que eu entendo? Se nós fomos convidados e aqueles que se interessaram pela discussão vieram, aí agora nós vamos colocar em votação, eu ainda acho que não precisava nem da Luciana ter feito o que ela fez já que ela fez isso durante uma semana aqui para nós, então agora eu vou colocar em regime de votação. Estamos de acordo? Então nós vamos votar em bloco, PPA, LDO e a PAS, quem concordar favor levantar o crachá. Contrários, 1 abstenção: aprovado. Parabéns para vocês. **Com a palavra Maria da Penha (Região Sanitária 11):** Boa noite a todos. Relatora da Comissão de Normas. A Comissão de Normas por ser uma Comissão muito transparente traz um relato aqui, eu queria pedir a todos um pouco de paciência porque o nosso relato ele é bastante extenso, é um relato que abrange tudo da Comissão. Relatório da reunião da Comissão de Normas, com o pedido de saída da Presidente usuária Samantha Borchear do cargo de Presidente dessa Comissão, após uma reunião ficou definido que o novo Presidente é o conselheiro senhor Cosme Damião da Cunha, após a leitura dos documentos, documento este que no final eu farei a leitura, a Comissão de Normas por ser transparente e ter compromisso com a verdade definiu que irá responder os documentos dos conselheiros que pediram tas a nossa pauta. Vamos por parte, os conselheiros Wiliam de Menezes, Antônio Hugo Bento, mesmo que as suas respostas quanto ao pedido de vistas foram entregues a este Conselho e protocolado no Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora fora do prazo, as AR's foram entregues em suas residências no dia 08/05/2017 e protocolado no Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora no dia 29 de maio, já o conselheiro Wilson César de Oliveira Matos a AR foi entregue em sua residência no dia 06/05/2017 e ele protocolou sua resposta no dia 22 de maio, a Comissão respondeu a cada um destes conselheiros que pediram vistas e as

respostas estão arquivadas na pasta dessa Comi lormas. Logo em seguida tivemos uma nova reunião com a Mesa Diretora desse Conselho, Comissão as e Mesa Diretora, esta reunião foi para definir um importante documento que recebemos de Belo Ho ue foi protocolado também para essa Comissão, essa reunião foi pedida a Mesa Diretora do Conselho convocação prévia do Presidente dessa Comissão, teve início com a apresentação do documento e elo Conselho Estadual de Saúde de Belo Horizonte fazendo referência as possíveis irregularidades do de Saúde de Juiz de Fora bem como nos cargos de Ouvidoria de Saúde e Secretaria Executiva, ser cumento enviado nominalmente a Presidente desse Conselho que questionou publicamente não ter s ponsável pela provocação ao Conselho Estadual de Saúde, nessa reunião aconteceram muitos deb e os presentes ressaltamos aqui algumas falas, a conselheira Regina disse que concorda com o locumento recebido sendo repelida pelo grupo que questionou os motivos que a mesma nunca tenh ssa discussão ao plenário do Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora, o conselheiro Vander elheira Penha, o conselheiro Dr. Gilson Salomão, Samantha, Cosme, questionou que foi um ques o de todos que estavam presentes quem pode ter enviado esse pedido esse documento ao Conselho Estadual, a Samantha informou que recebeu uma ligação do Vice-Presidente do Conselho Estadual de Belo Horizonte de Minas Gerais no dia 30 de maio de 2017 as 15h44min, onde entre várias colocações feitas a ela uma delas foi a provocação recebida e ele deixou bem claro que foi uma denúncia anônima, sendo assim ela como é parte sendo pedida ela fez um pedido protocolado como ela faz parte no processo e o mesmo negou a ela, o Presidente dessa Comissão de Normas o senhor Cosme solicitou que mediante a tudo isso pediu que toda essa situação desse documento de Belo Horizonte viesse a plenária desse Conselho, e uma conselheira unicamente a senhora Regina pediu que não viesse a plenária do Conselho, mas o grupo que estava presente concordou que sim que era importante dar ciência, por mais uma vez a Comissão de Normas tenta trabalhar com a transparência. Diante do exposto foi feito os seguintes encaminhamentos: 1º - relato e exposição dos fatos a plenária desse Conselho; 2º - agendamento de reunião com o Promotor de Justiça de Saúde para obter do mesmo recomendações, reunião com o Prefeito e a Secretária de Saúde bem como a PGM Procuradoria Geral do Município para a discussão e possíveis reajustes quanto a composição do Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora; 3º - envio de resposta produzida pela Presidente deste Conselho ao Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais com o pedido de cópia do documento anônimo mencionado pelo Vice-Presidente, diante o exposto foi aprovado por todos o encaminhamento acima motivo pelo qual essa Comissão pediu providências. O documento que nós citamos esse tanto aqui é um documento extenso e eu nem sei se dá tempo de ler ele todo, eu gostaria de continuar lendo o documento porque ainda não terminou o relato, Conselho Estadual de Minas Gerais timbrado tudo direitinho, tem o ofício CES 195/2017 Belo Horizonte 25 de abril de 2017, assunto adequações do regimento interno do CMS Juiz de Fora faz-se as irregularidades na composição, prezados senhores faz a provocação apresentada ao Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais referente às irregularidades relacionado ao Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora. A Mesa Diretora do Conselho Estadual apresenta que primeiro foi verificado que o regimento interno do Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora no artigo 39 no inciso 6º o cargo de Secretaria Executiva será ocupado preferencialmente por um representante de usuário do Conselho Municipal de Saúde em sua conformidade com o estatuto do servidor, cabe esclarecer que a resolução do Conselho Nacional 453/2012 na sua 4ª diretriz inciso 2º o Conselho de Saúde contará com uma Secretaria Executiva coordenada por uma pessoa preparada para a função, para o suporte técnico e administrativo subordinada ao plenário do Conselho de Saúde que definirá sua estrutura e dimensão. O Conselho Estadual de Saúde de Minas Gerais ressalva que o cargo de Secretaria Executiva é competência técnica, a mesma resolução traz no seu inciso 6º que a representação do segmento deve ser distinta e anônima em relação aos demais segmentos que compõe ao Conselho, por isso um profissional com cargo de direção ou de confiança na gestão do SUS ou prestação de serviço de saúde não pode ser representado usuário ou de trabalhadores, ressalta-se ainda que na resolução que eu li lá em cima que é do Conselho Nacional no inciso 10 as funções como membro do Conselho de Saúde não serão remuneradas considerando-se o seu exercício de relevância pública e, portanto garante a dispensação do trabalho sem prejuízo para o conselheiro para a fim de justificativa junto aos órgãos e entidades competentes, instituições, o Conselho Estadual emitirá declarações de participação de seus membros durante o período das reuniões, representações, capacitações e outras atividades. O documento foi destinado à senhora Regina Célia de Souza Presidente do Conselho Municipal de Saúde e foi enviado a este endereço, esclarecemos que o funcionamento da Secretaria Executiva ser conselheiro configura conflito de competências contrariando o propósito na legislação vigente podendo caracterizar hipóteses de enriquecimento ilícito dos conselheiros. 2 - O artigo 41 o cargo de Comissão de Ouvidor Municipal vinculado ao Conselho Municipal de Saúde será ocupado preferencialmente por um usuário, para esse ano o mesmo se aplica ao inciso 6º na resolução do Conselho Nacional 453/2012, que a representação do segmento deve ser distinta e anônima em relação aos seus demais segmentos que compõe o Conselho por isso um profissional em cargo de direção ou de confiança na gestão do SUS ou como prestador de serviço de saúde, portanto o fato da Ouvidora de Saúde ser também contrariando o propósito na legislação vigente podendo caracterizar hipóteses de enriquecimento ilícito dos conselheiros. Diante dos expostos faz-se necessário que o Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora se adeque a resolução de número 453 de 2012 do Conselho, Lei Federal 8.142/1990. 3º item, o documento é extenso e está dentro do relato de Comissão, observando o artigo 5º do seu inciso regimento interno verifica-se que a composição desse Conselho de Juiz de Fora não está paritariamente conforme determinação da Lei Federal 8.142 de 1990 e a resolução nº 453/2012, bem como identificamos incoerência entre os números de membros do Conselho Municipal determinando em seu regimento e na planilha para divulgar o nome dos membros do Conselho. Diante do exposto faz-se necessário que o Conselho Municipal de Juiz de Fora realize as seguintes adequações: 1 - suspenda imediatamente os dispostos número 39 e 41 do regimento interno do Conselho Municipal de Juiz de Fora, e faça adequação à composição desse Conselho de

Juiz de Fora visto que os senhores Jorge Gonçalv ocupando o cargo de confiança eleito pelo Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora para Secre cutiva e Samantha Maria Borchear sendo Ouvidora Municipal de Saúde de Juiz de Fora representante ento usuário fere o previsto na legislação vigente; 2 - realize adequações ao número de conselheiros d to e planilha publicitada observando a paridade entre a resolução do Conselho Nacional; 3 - que o Municipal de Juiz de Fora apresente ao Conselho Estadual de Saúde em um prazo de 30 dias a c rtir da data do recebimento desse documento, quais foram às providências tomadas para corrigir as irr es na composição e número dos conselheiros que se refere à representação e paridade de acordo c olução do Conselho Nacional, esclarecemos que o funcionário da Secretaria Executiva ser conselhei ra conflito de competências contrariando o proposito na legislação vigente podendo esclarecer hipótes uecimento ilícito dos conselheiros. Artigo 41, o cargo em Comissão de Ouvidor Municipal vinculado ao Municipal de Saúde será ocupado preferencialmente por um usuário, para esse caso o mesmo se a nciso 6º da resolução do Conselho Nacional que a representação do segmento deve ser distinta e em relação aos demais segmentos que compõe o Conselho, por isso um profissional com cargo de direção ou de confiança na gestão do SUS como prestador de serviço de saúde, portanto o fato da Ouvidora de Saúde ser também contrariando o propósito na legislação vigente podendo caracterizar hipóteses de enriquecimento ilícito dos conselheiros. Diante do exposto faz-se necessário que o Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora se adeque a resolução nº 453 de 2012 e a Lei Federal 8.142 de 1990. 3º, observando o artigo 5º no seu inciso do regimento interno verificamos que a composição desse Conselho de Juiz de Fora não está paritariamente conforme determinação da Lei Federal 8.142 de 1990 e a resolução do Conselho Nacional, bem como identificamos incoerências entre o número de membros do Conselho Municipal determinado no regimento e na planilha que divulga o nome dos membros do Conselho. Diante do exposto faz-se necessário que o Conselho Juiz de Fora realize as seguintes adequações: 1 - suspenda imediatamente os artigos número 39 e o número 41 do regimento interno do Conselho de Saúde de Juiz de Fora, e faça adequação à composição desse Conselho visto que os senhores Jorge Gonçalves Ramos ocupando o cargo de confiança eleito pelo Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora para Secretário Executivo, e Samantha Maria Borchear sendo Ouvidora Municipal de Saúde representando o segmento de usuário fere o previsto na legislação vigente; 2 - realize adequações ao número de conselheiros do regimento e planilha publicitada observando a paridade prevista na resolução do Conselho Nacional; 3 - que o Conselho Municipal de Juiz de Fora apresente ao Conselho Estadual de Saúde em um prazo de 30 dias a contar a partir da data do recebimento desse documento, quais foram às providências tomadas para corrigir as irregularidades na composição do número dos conselheiros no que se refere à representação e paridade de acordo com o Conselho Nacional. Em anexo ele manda as leis, solicitamos a resposta do Conselho Municipal de Saúde para as demandas apresentadas certo da costumeira atenção despedimos, quem assina o documento é o Vice-Presidente do Conselho Estadual de Saúde de Belo Horizonte de Minas Gerais, a Comissão fez questão de trazer porque no nosso relato nós citamos um documento, e para não gerar “Que documento é esse?” trouxemos o documento ele na sua inteira composição. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Eu só gostaria que você já que você leu todo o documento, faltou você ler para quem ele encaminhou também porque não foi só para mim. **Com a palavra Maria da Penha (Região Sanitária 11):** Regina está aqui em baixo em letras bem pequenas, excelentíssimo senhor Rodrigo Ferreira de Barros está escrito aqui, Promotor de Justiça do Estado de Minas de Gerais, Ministério Público do Estado de Minas Gerais Avenida Rio Branco, a senhora Elizabeth Jucá e Mello a Secretária de Saúde de Juiz de Fora, o endereço é Rua Halfeld 1.179 centro Juiz de Fora. A Secretaria de Saúde mudou de endereço? **Com a palavra Elizabeth Jucá (Secretária de Saúde):** É isso que eu precisei e pedi para ela ler porque esse não é o endereço da Secretaria então nós não recebemos esse documento, lá é 1.400 então deve ser mais ou menos na frente da academia ou para baixo da academia mais ou menos esse número, então nós não recebemos. **Com a palavra Maria da Penha (Região Sanitária 11):** Quem assina o documento é o senhor Ederson Alves da Silva Vice-Presidente CES Minas Gerais, e Lurdes Aparecida Machado Secretária Geral. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Esse documento chegou para mim no dia 27 e eu não me lembro, já deve ter mais ou menos uns dois meses e foi um pouco antes da Conferência, aí ele chegou e a primeira coisa que eu fiz foi procurar um advogado porque já que eu não sou, então eu procurei um advogado para poder fazer a análise do documento assim também como a análise da lei, da lei de criação do nosso Conselho e das lei de criação dos cargos de Ouvidor e Secretário Executivo, e eu também tenho igual a todo conselheiro tem porque todos os conselheiros que entram aqui recebem um conjunto de leis, resoluções e etc, eu fui analisar porque na verdade sempre teve um questionamento em cima disso, quem foi com a gente em Belo Horizonte na Conferência há quatro anos atrás já houve esse questionamento e não foi a primeira vez, eu já tinha escutado isso algumas vezes que o nosso Conselho estava irregular porque conselheiro não pode receber. O que eu sempre respondi? Que isso estava na lei então que nós teríamos que fazer uma mudança na lei, quando o documento chegou igual eu estou falando para vocês eu peguei o documento e aí eu fui realmente olhar a nossa lei, na lei de criação do cargo diz o seguinte e eu vou falar um de cada vez “Cria o cargo em Comissão de Secretário Executivo” e não tem a palavra conselheiro, depois “Cria o cargo de Ouvidor Municipal de Saúde vinculado ao Conselho e deverá ser eleito pela plenária”, já da Ouvidoria é um pouco diferente mais também não fala que tem que ser conselheiro e fala que tem que ser usuário, isso está na lei, e do Jorge fala de uma lista tríplice que tem que ser três e nomeado pelo Prefeito. O que eu falei com o grupo? Não é que eu era contra e nunca em trazer para a plenária, eu falei o seguinte que eu acho que a gente devia ouvir, como o endereço da Secretária foi errado ela pediu para que eu mandasse para ela e ela ia fazer uma consulta ao jurídico para ver o que estava certo ou se não estava certo, é o que eu estou aguardando também até hoje porque não veio. O que eu fiz? Enquanto não vem para que a gente vai trazer uma coisa para o plenário se a gente não tem uma posição? **Com a palavra Elizabeth Jucá (Secretária de Saúde):** Eu vou falar já que você me citou, primeiro eu pedi a ela para eu ter ciência do documento, mas oficialmente eu não recebi o documento

então eu posso até fazer uma análise, mas aí eu ma questão eu acho que falar e eu queria saber uma coisa de vocês primeiro, uma competência de um o Estadual. Ele é competente para falar no Conselho Municipal ou os Conselhos são autônomos? Prim , é uma dúvida que eu vou questionar vocês, eu vou perguntar se eu tiver que dar um parecer, e pelo c ei que a lei do Secretário Executivo a nomeação dele é a partir de uma lista tríplice fornecida pelo Cor tão ela sai do Conselho e vai ser levada ao Prefeito para ele nomear, então falar de enriquecimento i documento desses para mim me causa estranheza porque é uma forma muito pesada de questionar tão de uma lei municipal aprovada legítima, então eu acho o seguinte eu não vou questionar aquilo por nho uma lei municipal, se o Conselho e eu vou fazer inclusive essa consulta se eu tiver que me pos Secretaria, que não é porque a Secretaria não se posiciona juridicamente quem posiciona juridican Prefeitura é a Procuradoria Geral do Município e eu preciso instruir. O Conselho Estadual ele é superi petente para falar do Conselho Municipal? A primeira pergunta, eu não tenho essa resposta e eu vou fa consulta a vocês, a segunda eu acho o seguinte nas nossas leis se tivermos que fazer e se é possível os fazer uma revisão das leis, vamos fazer um grupo, a Comissão de Normas faça uma proposta e encaminha para mim que eu vou encaminhar para Procuradoria para alterar a legislação, mas a única coisa que eu questiono desse documento é falar de enriquecimento ilícito, é muito pesado, e aí é o seguinte eu acho que esse tipo de palavra você pode escrever tudo de outra forma, o que ele está falando no final é propondo uma revisão de lei então você não precisa falar de enriquecimento ilícito, então é o seguinte foi muito forte esse processo. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Eu só vou terminar, eu vou falar assim como a gente sempre esteve focado no regimento, a gente sempre focou muito no regimento e não na lei, foi a partir desse documento que a gente foi analisar a lei de fato e realmente é isso que consta lá, eu não vou defender nem uma coisa e nem outra, quando ele fala de enriquecimento ilícito que eu entendi ele não está falando de enriquecimento ilícito do Secretário Executivo e nem da Ouvidora, ele está falando de conselheiro porque conselheiro pela lei é de relevância pública, conselheiro não pode receber e isso todo mundo sabe. Por que caso contrário vocês já pensaram se todos nós quisermos de uma hora para outra? **Com a palavra Hugo Bento (LIXARTE):** Eu iria vir aqui somente para poder me ater em cima do que foi falado que eu entreguei o meu documento de forma intempestiva, eu só iria falar sobre isso, mas diante do que foi lido aqui eu estou até surpreso porque eu acho que aqui dentro olhando quem eu reconheço aqui sou eu, a Marília, o Guido, e aponto mesmo porque nós estamos no Conselho desde 1992, para construir a Secretaria Executiva e ainda te falo antes naquela época o salário era R$ 2.700, quando foi construído a Ouvidoria foi uma luta nossa e o Conselho Municipal de Saúde era lá no Aquários, pode ter até acontecido alguma coisa porque na época nós nos pautamos em cima do cargo de Secretário Executivo, aí depois nós fomos até lá para DRS que era até aquele Palácio de Saúde que a gente chama para a gente poder estar sentando, eu falo passo a passo tudo o que foi feito, e essa novela de que conselheiro municipal não pode receber dinheiro isso não é de hoje que a gente vem falando, eu estou sempre debatendo isso porque eu sempre uso como pauta o Conselho Tutelar. Por quê? E eu já até discuti aqui porque não queriam deixar conselheiro tutelar para poder participar da Conferência Estadual porque ele é conselheiro remunerado, mas ele é instância do controle social assim como é tanto a Secretaria Executiva quanto a Ouvidoria, eu fico surpreso de ver e levar uma coisa dessas até mesmo porque se tiver falha e se tiver que alterar é a legislação. Quanto ao meu documento eu entreguei sim, eu recebi o documento no dia 08 de maio, aí conversando com os colegas porque eu sou bacharel em ciências humanas e sou estudante do curso ciências sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora, conversando com os colegas lá na universidade eles colocaram e me instruíram tudo que eu tenho que fazer, e como eu recebi no dia 08 eu não conta o dia 08, começo a contar a partir do dia 09, como no regimento interno está que eu tenho 15 dias úteis eu não contei nem sábado e nem domingo, aí se vocês forem olhar porque foi protocolado aqui no dia 29 ele foi feito sim de forma tempestiva, me entregaram, eu recebi na segunda-feira a resposta aqui do Conselho, hoje é dia 28 então conversando com eles lá ontem eu comecei a contar a partir do dia 27, 15 dias úteis vai dar no dia 17 de julho, eu tenho até o dia 17 de julho para poder procurar a resposta inclusive eu vou trazer toda resposta de tudo aquilo que eu elenquei dentro da minha fala, é só isso que eu queria colocar para vocês e peço a vocês desculpas. **Com a palavra Vanderli (Sindicato Estabelecimento de Saúde):** Eu enquanto Comissão reunido já com o pessoal queria falar com a Secretária e com a Mesa, porque a Penha leu o documento mais em momento nenhum ela citou, porque quando o Vice-Presidente do Conselho Estadual mandou para nós o documento ele fala que ele foi provocado por alguém daqui dessa cidade, então alguém provocou ele, então quer dizer saiu daqui esse relato todo para ele poder sem conhecer o nosso Conselho estar falando com a gente, só isso que eu queria acrescentar. **Com a palavra Guido Pereira (Região Sanitária 10):** Eu acho que está sendo colocada uma tempestade num copo de água, porque em primeiro lugar o Estado não tem gerência dentro do município porque o município é autônomo, em segundo lugar o nosso Conselho foi implantado por um Prefeito o Custódio de Matos que como deputado trouxe o Conselho para Juiz de Fora e nós criamos a diretoria e fizemos tudo certo, então ninguém fez as coisas conforme se diz nas coxas, tudo foi feito certinho, terceiro lugar Vice não é Secretário, ele não tem autonomia nenhuma para apertar Juiz de Fora porque ele não é o Presidente, ele é Vice e Vice não manda em coisa nenhuma, Vice não manda em nada, e em quarto lugar quem escolhe o Secretário Executivo e o Ouvidor é a plenária do Conselho Municipal de Saúde, isso está escrito, e se o Presidente do Conselho Estadual de Saúde, não é o Vice, é o Presidente que é o Vice-Governador, então se ele quiser que o Conselho de Juiz de Fora concerte a ação é muito simples o Jorge vem e candidata como conselheiro porque não vai entrar gente de fora aqui, tem que sair do nosso núcleo, uma vez ele candidato a Secretário Executivo ou Ouvidor ele renuncia ao cargo de conselheiro e fica livre para ser candidato, se ele perder ele volta a ser conselheiro, se ele ganhar ele não é conselheiro ele está fora, é isso o que tem que fazer então não precisa fazer tempestade num copo de água, nós queremos ele como Secretário Executivo e queremos a Samantha como Ouvidora, vocês só vão fazer uma consulta jurídica de fazer a renúncia de conselheiro, essa é a questão que eu estou dando é uma saída tranquila, democrática e política. **Com a palavra**

Cosme Damião (Região Sanitária 6): Boa noite No dia que foi dito aqui para plenária que eu estaria representando a Presidência da Comissão de N minha fala aqui com os companheiros foi o seguinte nós da Comissão de Normas temos um compro m a transparência, a legalidade e a verdade, numa reunião da Comissão de Normas mais a Mesa Di **m a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Presidente eu gostaria de prorrogar a reunião pc minutos, o regimento assim permite para prorrogar, por favor, porque não vai dar tempo para as se manifestarem. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Eu vou colocar em votaçã quem concordar que a gente prorrogue por mais 10 minutos favor levantar o crachá. Contrários, abs aprovado. **Com a palavra Cosme Damião (Região Sanitária 6):** Me comprometi com vocês com os ires na Comissão de Normas, e muito foi falado no pedido de vistas ao projeto que tivesse transparê ansparência está aí, porque na reunião da Mesa que a qual eu também faço parte, na reunião da Comi ormas foi colocado esse documento e no momento a Presidente disse que não precisaria vir a plenária Presidente o documento vai para plenária. Por quê? Eu tenho um compromisso como os meus p ém e aqui dos seis da Comissão só faltou um representante, então foi onde que eu deixei em nome dos meus pares na Comissão de Normas também fazendo parte da Mesa nessa reunião que esse documento viesse a público como está sendo. Por quê? Primeiro como já foi dito por muitos que me antecederam e pela Secretária. Aonde que nós temos que acatar ordens do Conselho Estadual? Segundo existe uma lei que é a que estabelece as duas posições, quando se fala Secretaria Executiva tem lei, quando se fala em Ouvidoria está em lei, não é Comissão de Normas que vai colocar essas normas, agora pode ter certeza que a Comissão de Normas vai sentar o mais rápido possível e vamos fazer com que esse documento se prossiga até chegar ao Ministério Público, essa é a nossa definição da Comissão de Normas. **Com a palavra Wiliam de Menezes (Região Sanitária 5):** Referente de Belo Horizonte que vá aos rigores da lei, procure saber, vamos correr atrás, está aí a lenha é para isso mesmo, então quem falou e quem fez vai lá e assuma a sua responsabilidade que provavelmente não está entre pessoas sensatas como nós, eu tenho certeza disso. Agora referente ao documento enviado para cá porque eu recebi no dia 08, os 15 dias também foram dentro do prazo conforme orientação jurídica dos meus advogados. Por quê? Veja bem, o documento além de chegar as 18h00min da tarde em minha casa no portão da minha casa, eu chegando o correio foi lá, eu vim aqui no último dia estourando e foi numa segunda-feira, eu encontrei com o senhor Jorge e o senhor Jorge me falou “Wiliam estourou o prazo”, eu falei “Não senhor Jorge. Então posso oficializar o documento? Sim”, então está dentro do prazo e eu vou responder o que foi dito para mim, tranquilamente eu vou procurar os advogados dentro dos meus direitos, eu estou aqui para fiscalizar, eu não estou aqui para prejudicar ninguém, eu estou aqui fazendo o meu direito só isso. **Com a palavra Jorge Ramos (Secretário Executivo):** Agradecer o presente de aniversário que tive depois de tantos anos, eu fui voluntário, eu recebo mais trabalho, e o presente que eu ganhei com 65 anos de idade foi ser acusado por quem não tem competência, não existe subordinação do Conselho Municipal de Saúde ao Conselho Estadual, não existe subordinação do Conselho Estadual ao Conselho Nacional, não é competente o senhor Ederson enquanto Vice-Presidente e a Dona Lurdes para fazer qualquer tipo de questionamento muito menos a um Conselho Municipal de Saúde, não são competentes, se vocês tem assessoria e jurídica procurem ver o que está escrito no Conselho Estadual de Saúde que é Secretária regido por decreto, contrariando inclusive o que determina a legislação que os conselhos são criados por lei. Aos 65 anos de idade sair de uma plenária alegado por quem não tem competência de enriquecimento ilícito se titulando bacharel em direito porque no mínimo o que ele devia conhecer são os limites e o rigor da lei e de como se referir e pronunciar, porque ilícito é aquilo que você se apropria sem ser seu indevidamente, é aquilo que você coloca no bolso sem prestar o devido serviço, é você ter uma concessão do serviço público e fazer dela um meio fora daquilo que se propõe. E aí Beth me perdoa, para encerrar a minha participação nesse momento, o problema não está conosco, há sim um erro formal, quando se compôs o Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora não existia a resolução 453, não existia a resolução 333, elas são resoluções posteriores e que vocês participaram no fórum, então Juiz de Fora fez uma questão porque eles não gostam de discutir isso, se vocês pegarem a 8.142 e vocês vão ver que ele fala que o Conselho é composto de governo, prestador, profissional e usuário, quatro e não são três, e pegaram o governo e o prestador grupos totalmente distintos porque cabe ao governo fazer com que a assistência seja prestada pelo prestador com qualidade dentro da tabela SUS ou quando assim o permitir e juntaram todo mundo, aqui a Secretaria de Saúde no Conselho tem um assento. Como é que você discute com um assento? Então Beth o problema deixa de ser desse plenário a passa a ser de vocês porque a revisão é da lei, e não se trata somente de rever a 8.176, você tem que rever inclusive a lei de cargo e salário que é a 9112, está lá não sou que estou dizendo, então Beth o problema não está nesse Conselho, a Comissão de Normas pode propor, mas a competência legal cabe ao Executivo Municipal. E aí até as coisas fluírem eu não sei como vai ficar o Conselho Municipal de Saúde de Juiz de Fora, até porque já respondemos Regina parte do documento que o Promotor mandou para você e já colocamos os nomes das pessoas inclusive, eu fui arguido pela auditoria do DENA SUS que eu sou obrigado a manter o Conselho com os seus representantes, eu falei “O senhor me mostra como é que eu faço isso?” então nós já respondemos, eu tenho a última pergunta do Ministério Público que diz “Quando serão as eleições do Conselho?”, eu acho que aí o problema, só vai acontecer eleição depois que revisar a lei porque se você permanecer no erro é burrice porque se há uma provocação. E aí Thiago para encerrar nós temos que saber quem mandou esse documento porque não existe anonimato, eu quero saber, eu não estou aqui sendo enriquecido ilicitamente, eu quero saber quem fez, quem provocou esse Conselho, quem provocou o Conselho Estadual, porque ele está omitindo ele não quer dizer quem é que mandou o documento, e aí foi feito uma reunião da Mesa Diretora e da Comissão de Normas o documento está pronto, e vocês pediram uma reunião dia 07 para assinar um documento conjunto da Presidente, da Vice-Presidente, de toda Mesa Diretora e com a Comissão de Normas, encaminhando ao Secretário Presidente do Conselho Estadual de Saúde com cópia inclusive para o senhor Ederson que não tem competência legal, porque aí eu quero ver Samantha ele negar a você a resposta, porque não é fácil você ser

acusado de enriquecimento ilícito, para mim foi água de um processo que já vem. **Com a palavra Regina Célia (Presidente do CMS):** Na verdade inte, nós fizemos naquela reunião o acordo da Mesa Diretora assinar esse documento, também não fa a, eu estou falando que pode, eu estou falando que não faz diferença para mim se vai ser só a Mesa ssão de Normas também. **Com a palavra Samantha Borchear (Ouvidora Regional de Saúde):** Boa n te trabalhar igual eu trabalho e estão aqui colegas da Comissão da Ouvidoria que não me deixam mês nem terminou e nós já tivemos quase 600 atendimentos presenciais, é uma loucura, e muit ue lidam com a gente no dia a dia sabem, aí você é acusada de estar recebendo de forma indevida ur público e ainda está enriquecendo sendo que eu não tenho nenhum patrimônio graças a Deus, e nem c s custas de nenhum tipo de ilegalidade que eu nunca cometi na minha vida porque eu nunca deixei m minha trajetória, já fui precipitada, já arrumei muita briga, já fui mais nervosa, hoje a maternidade e a fez ser uma pessoa mais flexível e mais inteligente, não açodada para poder fazer coisas intempestiv pitadas como esse senhor fez porque não se acusa, não se manda um documento assim, nem um ju stou me formando em direito e tenho acompanhado várias audiências e eu vejo a posição dos magistrados quando encontram conflitos em leis, conflitos de ideias, eles não tomam a medida “Suspenda-se” eu nunca vi isso, isso é coisa lá do tempo do epa, eles chamam as partes e hoje a composição está aí posta no poder judiciário, vamos compor, vamos conversar todo mundo, vamos tentar encontrar um caminho através do diálogo. Por quê? Quem vai perder não é Samantha nem o Jorge, quem vai perder são centenas de pessoas que nós todos representamos, não é só a Samantha e o Jorge é todo mundo, então quando uma pessoa de forma sorrateira aciona por questões passionais e outras um Conselho Estadual de forma desnecessária, de forma sorrateira, e sou reptícia, com o intuito de aflorar os ânimos aqui isso é inaceitável. Por quê? Aqui sempre foi um espaço aberto, se tem dúvida, se tem advogado que auxilia. Por que não trouxe aqui? Nós ficamos aqui, eu que sou uma estagiária de direito fico aqui dando cabeçada para poder fazer um trabalho legal na Comissão, se nós erramos Hugo Bento e Wiliam eu não tenho vergonha de assumir, nós somos imaturos, nós não somos técnicos, ninguém aqui é letrado, ninguém aqui é acima de ninguém, ninguém aqui por exercer ou não um cargo é melhor do que ninguém, somos todos iguais e representamos as comunidades, representamos a saúde pública e devemos ser respeitados por isso porque não é fácil, ninguém quer discutir saúde pública, ninguém quer ser liderança comunitária porque não ganha, e a gente não recebe como conselheiro, nós recebemos pelos cargos que nós exercemos, eu sai da Ouvidoria e fiquei dois anos aqui e todo mundo se lembra trabalhando até muito mais aqui, eu fiquei aqui e fui Presidente de Comissão Eleitoral, eu sofri briga, ameaça de morte de conselheiro que ficou bravo aqui, passei por tudo isso voluntariamente, sou Presidente do meu bairro lá da Associação de Portadores de Esclerose Múltipla e o que eu ganho eu gasto, não tenho dinheiro, não fiz patrimônio nenhum, e eu falo isso com muita alegria Alice, com muita hombridade, e é o dever de todos nós aqui porque as pessoas esperam isso de nós. Então Jorge coadunando com você é importante a gente saber e nós vamos perseguir até na justiça esse documento, porque nós temos a minha Associação onde eu sou Presidente e represento aqui hoje a esclerose múltipla, tem vaga no Conselho Estadual de Saúde e a nossa representante pediu esse documento lá e ele falou para ela que não é anônimo que conste em ata, ele falou que não é anônimo e ele falou que está protegendo e que ele não pode expor a pessoa que pediu para ele isso e que ele não quer expor a pessoa, nós fizemos um pedido na LAI e para quem não sabe é Lei de Acesso a Informação, nós pedimos e recebemos uma resposta engraçadíssima para não falar triste que o Conselho está investigando os fatos, o Conselho agora é investigativo virou delegacia de polícia, então eu vou investigar vamos começar a investigar todo mundo começando pela vida, pelos cargos, pelos padrinhos políticos de alguns conselheiros, vamos começar a investigar já que o Conselho é investigativo, aí a LAI me respondeu isso que o Conselho está investigando e enquanto não acabar a investigação não vai responder, eu já ri tanto, eu levei para o meu professor e ele disse “O que isso, mas os conselhos não evoluíram a ponto de investigar ainda”, é uma série de atrocidades que nós vamos no mínimo, eu já recebi o cidadão com um revolver na minha cara aqui a pouco tempo, o outro falou que ia me dar facada, o outro jogou cadeira em mim, eu nunca pedi dinheiro, eu fui lá na justiça e representei contra o cidadão para ele se retratar lógico ele me ameaçou e tirou um revolver para mim, mas esse caso Jorge nós vamos entrar com um reparo de danos morais sim porque chega das pessoas ficarem provocando as pessoas e não sofrerem nenhuma sansão exemplar, as pessoas precisam de sofrer sansão exemplar para quando elas fizerem alguma coisa refletir “Eu fiz isso e deu problema, agora eu tenho que refletir”, até porque aqui ninguém por mais que nós tenhamos paixões e interesses ideais divergentes ninguém nunca faltou com o respeito com ninguém, ninguém nunca tomou uma atitude dessas envolvendo uma pessoa que de forma açodada, politiqueira e pessoal, resolveu atacar o nosso Conselho a nossa casa e nós vamos defendê-la com unhas e dentes, muito obrigada. **Com a palavra Elizabeth Jucá (Secretária de Saúde):** Para encerrar eu gostaria de lembrá-los uma coisa, esse Conselho fez 25 anos e é um orgulho ter um Conselho com 25 anos tão bem estruturado e atuante como o de Juiz de Fora, ele é referência, então vamos cuidar disso e se tiver que rever a lei vamos montar uma equipe nós estamos lá e vamos fazer isso, a Comissão de Normas me manda toda a legislação e tudo que precisa e vamos alterar, em momentos de lava jato onde os ânimos estão alterados nós temos que tomar muito cuidado com as palavras porque as coisas estão meio tumultuadas no país e nós somos organizados e vamos manter isso, então eu acho que a gente tem que fazer, o trabalho é muito bom, e nós só somos fortes juntos, não vamos perder essa nossa fortaleza, por favor, nós temos 25 anos nós estamos fazendo bodas de prata, então eu só gostaria de lembrar isso a vocês porque somos fortes juntos, muito obrigada. **Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Saúde/Juiz de Fora. Transcrição: Vanessa Souza de Castro.**